



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura de Quissamã**  
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro  
CEP 28.735-000 – Quissamã

**MENSAGEM Nº. 046/2019**

**EM 03 DE SETEMBRO DE 2019.**

Exmo. Sr. Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Quissamã,

No exercício das atribuições conferidas pelo art. 81, I, da Lei Orgânica Municipal, cumpro-me encaminhar a esta Augusta Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei, que institui o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos do Município de Quissamã, em substituição ao Regime previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, atualmente em vigor neste município.

A tônica da atual gestão, em especial, no que no que tange aos direitos e garantias dos servidores públicos, tem sido a busca pela perene valorização dos servidores públicos municipais, colocando-os como elemento primordial para se possa alcançar a plena eficiência na prestação dos diversos serviços públicos, ofertados à população quissamaense. Tal objetivo, tem sido concretizado pela constante melhoria das condições de trabalho, pela tomada de inúmeras medidas administrativas e legislativas, visando à garantia da preservação do poder de compra dos salários e, notadamente, pela inserção dos legítimos interesses do servidor no âmbito das políticas públicas, levadas a efeito nos últimos dois anos e oito meses de governo.

A análise atenta do que acontece no cenário nacional, no que diz respeito aos direitos trabalhistas e previdenciários, torna evidente a vertente adotada, doravante, de alteração das regras trabalhistas, flexibilizando direitos e conquistas da classe trabalhadora, na qual se incluem os empregados públicos municipais. Tais medidas, embora almejem a recuperação da economia como um todo, têm gerado insegurança na classe trabalhadora e incertezas quanto à recuperação do ambiente econômico e, por consequência, quanto à garantia do pleno emprego no país.

Neste contexto é que surge a presente proposta legislativa, tendo como objetivo primacial o estabelecimento de normas jurídicas claras e específicas, condensadas sob a forma de um Estatuto próprio, fazendo com que a relação funcional entre os servidores e o ente público local esteja regulada por lei municipal, instrumento normativo que possui melhores condições de disciplinar as particularidades inerentes ao desempenho das funções dos diversos cargos

410



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro  
**Prefeitura de Quissamã**  
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro  
CEP 28.735-000 – Quissamã

públicos, obedecendo-se, sempre, aos comandos gerais constitucionalmente estabelecidos.

Além da preservação de direitos, a proposta de alteração do regime jurídico funcional, estabelecido outrora entre os servidores e o ente municipal (CLT), para aquele a ser inaugurado pela implementação do Regime Estatutário, visa, não somente, à garantia e à permanência dos direitos sociais outorgados aos servidores, mas, também, à adequação do município ao regime legal praticado pela imensa maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e do País. Outro ponto a ser considerado, é que o regime celetista não se mostra condizente e adequado às diversas carreiras profissionais que desempenham funções típicas de *Estado*, como, por exemplo, aquelas inerentes ao Poder de Polícia Administrativa, ao desempenho de funções de fiscalização, controle e de representação judicial do ente público, dentre outras.

Há que se ressaltar o fato de que, de maneira inédita e transparente, o Poder Executivo promoveu amplo debate com a classe social direta e imediatamente interessada, qual seja, a classe dos servidores municipais. Neste contexto, com a devida antecedência, foi deflagrada e fomentada a mais ampla, democrática e eficaz discussão sobre o tema, sem precedentes na história deste município, mediante a realização de palestras, rodas de conversar, realização de plantão para dirimir dúvidas e incentivo à participação direta do servidor na decisão quanto aos novos caminhos a serem trilhados, de agora por diante, no que se refere às relações funcionais estabelecidas com o município de Quissamã. Como resultado da consulta direta aos servidores, por meio de enquête realizada nos dias 26 e 27 de agosto do corrente, a proposta de alteração do regime jurídico de Celetista para Estatutário contou com a aprovação de mais de 60% (sessenta por cento) dos votantes, tendo sido registrada a participação de 1.511 (um mil quinhentos e onze) servidores, do total de 1.943 (um mil novecentos e quarenta e três) integrantes do Executivo e 37 da Câmara Municipal.

Neste contexto, há que se destacar o papel primordial que o Poder Legislativo tem desempenhado no exercício de suas funções, através de sua Presidência e dos demais vereadores que trabalham para garantir o bem coletivo, priorizando ampliar o conjunto de direitos e garantias dos servidores, direitos estes legitimamente conquistados ao longo de anos de trabalho, tanto no Poder Executivo como no Poder Legislativo.

42



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro

**Prefeitura de Quissamã**

Rua Conde de Araruama, 425 – Centro

CEP 28.735-000 – Quissamã

Por todo o exposto, esperamos dos nobres Edís que seja deferido ao presente Projeto de Lei a tramitação pelo regime de Urgência Simples e que, após a deliberação por esta Casa Legislativa, seja o mesmo aprovado.

Atenciosamente,

  
**MARIA DE FÁTIMA PACHECO**  
Prefeita